

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 17 DE FEVEREIRO DE 1998

*Senhor Vice-Presidente Marco Maciel; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Doutor Luiz Fernando Ferreira Levy, da Gazeta Mercantil; Presidente do Fórum, Reinaldo Campos Soares; Doutor Antônio Hermírio; Senador Fernando Bezerra, Presidente da CNI; Senhora e Senhores Empresários,*

Mais uma vez temos a oportunidade deste encontro. E foi prazeroso ouvir que, em 1978, através de um Fórum da *Gazeta Mercantil* é que se sentiu, com maior firmeza, a voz do empresariado nacional em defesa da democracia.

Eu me lembro muito bem disso. Naquela ocasião, eu escrevia na *Folha*. Devo ter escrito alguns artigos, num dos quais eu dizia que a mídia – no caso, a *Gazeta* – criava os interlocutores para uma sociedade que precisava de novos interlocutores.

E, ao fazer essa seleção de líderes empresariais, estava, na verdade, criando interlocutores, da mesma maneira que, antes, os interlocutores sindicais haviam sido criados; da mesma maneira que os interlocutores do mundo acadêmico haviam sido criados, na SBPC; os dos sindicatos,

nas lutas do ABC; e a *Gazeta Mercantil*, organizando a interlocução com o setor empresarial.

E foi a partir, realmente, de um grande debate nacional que nós conseguimos, pouco a pouco, chegar ao momento em que estamos, em que, efetivamente, já vivemos um clima de democracia.

Vejo, portanto, com alegria, que estes anos todos não amorteceram, nestas lideranças empresariais, a vontade de descortinar e ver o futuro mais adiante, que é o que mostra o texto que acaba de ser lido pelo Doutor Reinaldo. Imagino que o texto que me foi entregue constitui um exemplo vivo dessa vontade de ver mais longe. E é necessário que se veja mais longe.

No limiar do século XXI, nós estamos, na verdade, numa época pós, pós qualquer coisa: pós-liberal, pós-marxista, pós-socialdemocrata. É uma era pós. E os que não percebem que isso está acontecendo ficam julgando o presente com os olhos do passado e são incapazes de vislumbrar o futuro.

Os conceitos aqui emitidos são, todos eles, pós. Todos eles dizem respeito a algo que é muito diferente da visão antiga, em que havia Estado e propriedade privada em choque. Ou bem o Estado se apropriava da riqueza e distribuía, ou, então, haveria uma apropriação privada, que excluiria, da imensa maioria da população, os benefícios do progresso econômico.

Hoje é outro momento. É um momento de busca. É o momento de delinear os quais serão as idéias fundamentais, as diretrizes, as idéias-força capazes de provocar uma nova visão, para que a sociedade se organize.

Não por acaso, todos os grandes líderes mundiais, hoje, colocam, nos seus *slogans*, muitas vezes, nas suas propostas, a palavra “novo”, *new labor*, na Inglaterra, o novo trabalho; *new society*, nos Estados Unidos, a nova sociedade; *new democracy*. Sempre se põe um “new”. Põe-se o “new”, porque não se sabe, ainda, o que é. Quer-se dizer que não é o que era, mas não se sabe, ainda, qual é o positivo. Mas se percebe, nesse novo mundo, que já não adianta, não basta falar de globalização. Isto é um fato: nesse novo mundo, existe uma ânsia de conceitos, uma ânsia de propostas, uma ânsia de ideologia.

Ao contrário do que alguns diziam, que nós estávamos chegando ao momento em que o mercado ia imperar, que era, portanto, o fim das ideologias, e que, então, aí, sim, o neoliberalismo seria a decorrência necessária do mercado, vê-se que não é nada disso. Está-se buscando um novo conceito, que tem que estar embasado em alguma idéia mais generosa que, pura e simplesmente, a eficiência e o mercado. Mas que não pode dispensar nem o mercado, nem a eficiência. Essa é a diferença.

Essa proposta nova, generosidade nova, solidariedade nova, a coesão social nova não dispensam nem o mercado, nem a eficiência. Mas não se atêm nem à eficiência nem ao mercado. Requerem algo mais. Requerem a inclusão dos que estão fora.

E sabe-se que, se não houver políticas nessa direção, não haverá essa inclusão. Poderá continuar a haver prosperidade, poderá continuar a haver eficiência e mercado, mas não vai haver essa inclusão.

Requer-se, também que, por isso mesmo, haja um embasamento em algum valor de solidariedade, de apoio, algum valor humano, alguma coisa genuína, que leve à busca de uma certa forma de sociabilidade que inclua. Esse é um dos caminhos.

Imagino, pelo que ouvi agora, que um dos caminhos propostos é, precisamente, a reconstrução dos mecanismos de distribuição da riqueza apropriada, hoje, pelas empresas e pelo Estado, de tal maneira que ela possa ser, depois, distribuída ao conjunto da sociedade, por mecanismos que não sejam meramente burocráticos, que não sejam meramente de coerção, pela via do imposto, mas que implique, também, o estímulo, pela via da solidariedade, da coesão, os quais, por si sós, não serão suficientes, porque vão requerer, também, uma vigilância social, vão requerer uma participação mais ampla.

É preciso que, portanto, nessas idéias que estão nascendo no limiar deste novo século, nós não pensemos que só o Estado ou só a empresa poderá dar conta dos desafios. A própria sociedade, nas suas formas organizadas e, depois, também nas ainda não organizadas, pelos movimentos de inclusão social, tem que participar desse grande debate de uma sociedade melhor do que a sociedade presente e, certamente, uma sociedade que não quer guardar do passado, senão o que o passado

construiu de positivo, e quer se livrar daquelas limitações, daqueles entraves que foram construídos pelo passado.

Nós estamos apenas nos albores dessa sociedade. Não se tem, ainda, como eu disse, sequer os conceitos claros. Colocam-se adjetivos, porque não se tem, ainda, o substantivo. Não se sabe definir ainda, de forma direta e objetiva, o que vem a ser essa nova sociedade. Mas, pelo menos, temos que ter a sensibilidade e os olhos postos e a aposta feita no sentido de que será uma sociedade melhor. E no nosso caso, do Brasil, esse desafio ainda é mais premente. Por quê? Porque nós, ao vermos o novo mundo, ainda estamos com os pés, muitas vezes, fincados num mundo lá atrás.

Nesta semana, fui a dois estados do Brasil: a Pernambuco, a uma cidade chamada Palmares, na Zona da Mata, e a Alagoas, a uma cidade chamada Arapiraca. Em Palmares, eu fui me encontrar com professores, prefeitos e estudantes, num programa que nós estamos fazendo para tirar as crianças do trabalho penoso dos canaviais. Tiramos quase 30 mil. Temos recursos para tirar todas. São 100 mil, mais ou menos, nos canaviais de Pernambuco. Mas, para tirá-las, é preciso fazer escolas, porque não há escolas suficientes. É preciso nomear professores, porque não há professores suficientes. E é preciso criar uma condição, na comunidade, de apoio a esse movimento.

Então, já não basta o Presidente da República destinar o recurso. É preciso que ele se articule com o governador, e com o prefeito, e que o sindicato participe, e que a Igreja também participe, e que a mãe e o pai também se organizem, para que isso possa ocorrer. Mas nós vamos – questão de mais tempo, menos tempo – tirar as 100 mil crianças que estão em trabalho penoso nos canaviais de Pernambuco. E, mais adiante, há canaviais em Alagoas também, dos quais dá para tirar também. Esse programa, localmente, é chamado de Mão Amiga. Na verdade, é uma bolsa que se dá para que a família possa manter-se, quando a criança não trabalha na cana e está estudando.

Em Arapiraca, Pernambuco, eu fui a uma casa pobre de uma pessoa, um senhor de 82, 83 anos, que estava enfermo, que, ao invés de ser recolhido aos hospitais, onde ficara abandonado, era atendido pelos

agentes comunitários de saúde e pelos médicos de família naquela casa. Não é a primeira vez que visito uma dessas casas bem pobres do Brasil, para ver como está evoluindo esse tipo de tratamento. Nós, hoje, temos mais de 60 mil agentes comunitários de saúde, sobretudo nas áreas do Nordeste do Brasil, fazendo um trabalho admirável. E, só em Arapiraca, havia 15 unidades de médicos familiares. Havia uma moça, de 23 anos, formada em Alagoas, que fez pós-graduação em São Paulo e estava lá, auxiliada por duas ou três atendentes e enfermeiros. São 15 grupos desse tipo. E nós dobramos, agora, para 30, de tal maneira que toda a região seja atendida.

Então, vê-se que todo esforço ainda é muito lá embaixo, mesmo, na sociedade, nas questões mais elementares, e, ao mesmo tempo, nós temos que pensar no próximo século. Então, o nosso desafio é encontrar formas que permitam divisar sociabilidades novas, motivações novas, agrupar mais pessoas com idéia de uma nova sociedade no futuro e ainda curar as chagas de séculos de uma sociedade que não cuidou, na forma mais elementar, dos seus filhos, que, ainda hoje, são em grande quantidade, vivem em grande quantidade quase abandonados. E mal o Estado começa a tangenciar mecanismos capazes de mobilizar a sociedade para fazer frente a esses desafios.

Mas o importante é que nós estamos fazendo. O importante é que as pessoas que, hoje – e aqui estão os senhores, que são parte disso –, têm consciência do Brasil e lideram o Brasil não se perdem nas nuvens, imaginando só soluções para os que estão mais na fronteira do desenvolvimento econômico e social, senão sabem muito bem que essa fronteira se torna uma fronteira vazia, se ela não estiver, realmente, também em relação contígua com essa massa imensa da população brasileira que não teve condições mínimas de inclusão na sociedade.

Trabalho há, e muito. Mas, havendo disposição, como vejo que há e vejo também nos senhores, eu não tenho receio de dizer que nós vamos ultrapassar o limiar do próximo século de cabeça erguida, acreditando, sim, que estamos construindo uma sociedade melhor.

Muito obrigado.

